



ASSOCIAÇÕES E CASAS REGIONAIS PORTUGUESAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - LUGARES DE MEMÓRIA

OLIVEIRA, Antonio Henrique Seixas de

Estudante de doutorado no Programa de Pós Graduação em Memória Social na UNIRIO

ahseixas@uol.com.br

50

RESUMO

Este artigo se propõe a discutir, através de um olhar interdisciplinar fundamentado pela memória social, as associações e casas regionais portuguesas na cidade do Rio de Janeiro como lugares de memória. Classificaremos, para efeito de análise, as associações como instituições de caráter nacional: Real Gabinete Português de Leitura, Liceu Literário Português, Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência e Real Benemerita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V. As casas regionais, como o próprio nome já suscita, são instituições de caráter regionalizado: Casa do Minho, Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro e Casa do Porto. Analisaremos os processos de criação de tais instituições a partir dos diferentes períodos históricos e fluxos migratórios das quais são decorrentes, as atividades e finalidades às quais se propõem enquanto lugares de memória e sua realidade atual.

Palavras-chave: Associações Portuguesas, Casas Regionais Portuguesas, Lugares de Memória.

ABSTRACT

This article intends to discuss, through an interdisciplinary point of view based on the social memory, the Portuguese associations and regional houses in the city of Rio de Janeiro as places of memory. For analyze effect we will classify the associations as institutions of national character: Royal Portuguese Office of Reading, Portuguese Literary Liceum, Royal and Meritorius Portuguese Society of Charity and Royal and Meritorius Portuguese Society Aid Box D. Pedro V. Regional houses, as its names already says, are institutions of regional character: Minho's House, Trás-os-Monets and Alto Douro's House and Porto's House. We will analyze the processes of origin of those institutions from the different historic periods and migratory flows that they are arising, their activities and goals as places of memory and their reality nowadays.

Key-words: Portuguese Associations, Portuguese Regional Houses, Places of Memory

INTRODUÇÃO

Desde o início da imigração portuguesa para o Brasil, podemos observar diferentes fluxos migratórios para estas terras motivados por diferentes variáveis. Para a análise destas correntes migratórias e suas influências no processo de criação das associações e casas regionais portuguesas na cidade do Rio de Janeiro, e suas funções como lugares de memória, efetuaremos um recorte temporal a partir da chegada da família real, em 1808, até a primeira



metade do século XX, período no qual ocorreu o maior ingresso de imigrantes portugueses nesta cidade.

Definiremos as associações como instituições de caráter nacional e nos ateremos, para efeito de análise, a quatro delas que permanecem ativas desde a sua fundação e são significativas e tradicionais na cultura e no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura (1837), Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência (1840), Real Benemerita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V (1863) e Liceu Literário Português (1868). Percebemos, num primeiro olhar, que todas têm em comum o fato de terem sido fundadas no século XIX época em que, devido ao grande fluxo de imigrantes portugueses para o Brasil, em especial na segunda metade do século, reforçou-se o associativismo e a filantropia entre eles.

Fontes (s.d) comenta o movimento migratório e a criação das associações neste período: “É durante este século que se criam no Brasil um importante conjunto de instituições desta comunidade. Calcula-se que entre 1822 e 1900 perto de 1 milhão de portugueses do Continente e das Ilhas terão emigrado para o Brasil.” (FONTES, s.d., .1)

Com o forte fluxo migratório da primeira metade do século XX tem surgimento um novo tipo de movimento associativista, movido também pelo desejo de preservação da identidade e da memória, mas, diferentemente das associações portuguesas criadas no século anterior, agora com viés recreativo, desportivo e religioso. As casas regionais, instituições de caráter local, ligadas às tradições e costumes das regiões de onde seus fundadores advêm são criadas para estabelecer o elo de memória com a tradição e os costumes da terra natal constituindo verdadeiros lugares de memória nos quais as representações simbólicas e ritualizações portuguesas são materializadas. Um exemplo deste fato são os estatutos de algumas Casas Regionais, como a Casa Regional de Aveiro que têm artigos nos quais há datas que devem ser, obrigatoriamente, comemoradas – o aniversário de fundação da casa e a festa de Nossa Senhora da Saúde padroeira de Fermentelos, cidade de Portugal de onde são originários seus fundadores.

Diante deste cenário fundamentaremos nossa investigação sobre as associações e casas regionais portuguesas na cidade do Rio de Janeiro num olhar baseado na Memória Social visitando alguns de seus autores como Nora, Benjamin, Comay, Dodebei, Gondar e Farias.



1. IMIGRAÇÃO E MEMÓRIA

Observamos, na seção anterior, que os imigrantes buscavam, através do associativismo, estabelecer o elo de memória com a tradição e os costumes da terra natal e, para isso, estabeleceram, nas associações e casas regionais, lugares de memória nos quais as representações simbólicas e ritualizações portuguesas são materializadas. Neste sentido é interessante observamos a análise de Nora (1993) quanto às funções material, simbólica e funcional dos lugares de memória:

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. Trata-se de um lugar de memória tão abstrato quanto a noção de geração? É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria deles que não participou. (NORA, 1993, p. 21 e 22)

Observa-se no comentário de Nora que o autor determina três dimensões para os lugares de memória: material, simbólico e funcional. Ao analisarmos os processos que culminaram com a criação das associações e casas regionais portuguesas, frutos da imigração e do desejo de preservação da memória do imigrante, observamos a presença de tais aspectos que, como Nora afirma, são sempre coexistentes.

O desejo de prosperar no “Mundo Novo” sempre nutriu o imaginário dos que pretendiam ou que realmente imigraram para o Brasil. Nogueira (1998) relata que o grande fluxo financeiro de recursos do Brasil para Portugal, “entre 1870 e 1930 foi o principal suporte para o mito da fortuna e concepção da imigração como instrumento de mobilidade social.” (NOGUEIRA, 1998, p.17).

Com relação ao aspecto mítico da memória, Dodebei (2000) afirma que:



A diferença entre o relato mítico e outros tipos de relatos, por exemplo, o literário, o histórico, pode ser evidenciada sob alguns aspectos. O primeiro deles diz respeito à autoria. O relato mítico segundo Vernant, *não resulta da invenção individual nem da fantasia criadora, mas da transmissão da memória*. Assim, o mito só vive se for contado, de geração em geração, na vida cotidiana e as condições de sua sobrevivência são, exatamente, a memória, a oralidade, a tradição. (DODEBEI, 2000, p. 67 – grifos do autor)

E a autora completa sua análise constatando que:

O mito não está fixado numa forma definitiva. Esta vai variar, sempre, em decorrência do agente – “contador de histórias”, os aedos – ou do processo, a transmissão, a qual incorpora novas analogias e abandona outras, tecendo-se, assim, um continuum formado por lembranças e esquecimentos, sempre atualizado na memória coletiva. (DODEBEI, 2000, p. 67 – grifos do autor)

O mito do enriquecimento no “Mundo Novo” a que se refere Nogueira (1998) era reforçado pelos relatos dos “Brasileiros de Torna Viagem”, portugueses que enriqueciam com a emigração e ostentavam o sucesso construindo casas suntuosas ou mesmo palacetes extravagantes. Os relatos, como memória das suas conquistas pessoais, estavam repletos de lembranças e esquecimentos e a respeito desta dinâmica, Gondar (2000) considera que:

Admitamos então que o esquecimento é necessário, não apenas para a evocação da lembrança – só lembramos porque esquecemos – mas para a própria constituição da memória. Pois uma coisa é a falha no exercício do lembrar-se – o esquecimento daquilo que já pôde configurar-se um dia como traço de memória; outra, mais fundamental, é a exclusão necessária à produção desses traços. Para que uma memória se configure, se delimite, coloca-se, antes de mais nada, o problema da escolha (seja ela consciente ou inconsciente): entre outros estímulos diferenciados que nos chegam do mundo, alguns serão investidos a ponto de se tornarem traços mnêmicos, ao mesmo tempo em que outros serão segregados, esquecidos sem que jamais se tenham convertido em memória. (GONDAR, 2000, p. 36)

Nogueira (1998) apresenta uma interessante análise do processo de construção da memória do imigrante, em complementação às considerações de Gondar (2000) no tocante à dinâmica da lembrança-esquecimento:



As imagens que imigrantes portugueses e seus familiares construíram da sua experiência numa terra estrangeira estão marcadas por suas preocupações, questões e seus valores do presente. Ao relembrar os acontecimentos que marcaram suas vidas, eles reconstroem essa trajetória, resguardando as referências que justificam suas narrativas, de acordo com a realidade e os argumentos de cada um. Existe uma necessidade de permanente confronto com o passado; a presentificação realizada pelo processo de reminiscência de cada um desses viajantes é também uma reconstrução da memória do grupo de referência; eles são veículos da memória social e trabalham no sentido de construir a identidade do grupo. A memória seleciona o que aparece como mais significativo, despreza o que considera irrelevante, e às vezes aparecem diferentes versões sobre os mesmos acontecimentos, dependendo de quem os relata e em que circunstâncias o faz. (NOGUEIRA, 1998, p. 5 e 6)

Comay (1997), referindo-se à questão do esquecimento para Benjamin, afirma que:

[...] para Benjamin (como sem dúvida para Freud, ou, nesse aspecto, para Hegel ou Heidegger), a deformidade ou “distorção” (*Entstellung*) – literalmente, “má colocação” ou “deslocamento” – é a característica essencial do esquecimento: nosso próprio corpo se torna “a mais esquecida terra estranha”. Assim Benjamin enumera os estigmas das criaturas goradas de Kafka, os “híbridos”, “abortos” e “bastardos” de um pantanoso “mundo intermediário”. (COMAY, 1997, p. 265)

E completa a sua análise observando que:

Benjamin comenta que a “distorção vai superar (ou negar) a si mesma (*sich aufheben*) na passagem para a redenção”. O esquecimento, já esquecido uma vez, está para em ser lembrado de ser, precisamente, re-esquecido: remover a corcova é empreender uma espécie de “esquecimento ativo”, no sentido de Nietzsche. (COMAY, 1997, p. 267)

Farias (2011) acrescenta às análises anteriores a dimensão criativa no processo de construção da memória:

Isso quer dizer que, em se tratando de memória, estamos, pois, diante de um campo onde impressões e lembranças que retornam revestem-se de uma roupagem produzida de forma criativa, evidenciando a singularidade de cada um em perceber, interpretar, imaginar ou mesmo assimilar as experiências da vida, não obstante vertentes distintas se entrelacem na engrenagem da grande “máquina” da memória. Em princípio, existem os traços referentes às experiências vividas, que concernem à produção de diferentes arranjos subjetivos, mas que não podem ser pensados como um mero armazenamento, ou seja, um arquivo do passado. Trata-se de uma espécie de virtualidade passível de atualização. (FARIAS, 2011, p. 11)



A partir da fundamentação teórica baseada na Memória Social e seus autores analisaremos, a seguir, os fluxos migratórios de Portugal para o Brasil e a consequente criação das associações e casas regionais portuguesas.

2. A CHEGADA DA FAMÍLIA REAL

Com a possibilidade de invasão do seu território e o Bloqueio Continental impostos pela França, a Corte portuguesa se muda, em 1808 para o Brasil. Segundo Azevedo (2009), “acredita-se que entre 10 mil pessoas integravam a corte, outros historiadores afirmam não passar de 500 pessoas” (AZEVEDO, 2009, p. 5). Ipanema (2008) afirma que 11.528 pessoas compunham a delegação que partiu em direção à colônia num total de quarenta embarcações sendo quinze embarcações da esquadra portuguesa, quatro naus de guerra inglesas e cerca de vinte e um navios mercantes. Desse total cerca de 1.100 pessoas desembarcaram efetivamente no eixo Bahia - Rio de Janeiro (a maioria em terras cariocas). O restante voltou para a Europa ou permaneceu efetuando comissões pela costa brasileira.

Azevedo (2009) analisa o caráter elitista da imigração ocorrida com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil:

Os que aqui desembarcaram eram nobres, conselheiros reais, militares, juízes, advogados, comerciantes e seus familiares, médicos, bispos, padres, camareiros e pajens (pessoas nobres que acompanhavam o rei). A fuga para a colônia contava com a nobreza, portanto um indício de uma imigração elitista junto com o aparato do estado português. Antes do século XIX e no seu decorrer, a imigração era colonial e caracterizada por um povo que tinha como função administrar e ocupar as terras coloniais. Eram donatários previamente escolhidos que recebiam missões da coroa portuguesa para ocupar e defender a mais importante das colônias, o Brasil. Estes homens pertenciam à elite econômica e social. Até finais do século XIX a passagem de navio não era acessível, permitindo apenas a vinda de imigrantes de uma classe abastada, filhos de gente rica, alfabetizados, o que nos remete a uma imigração seletiva. Até a chegada da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, a cidade recebia fundamentalmente imigrantes com disposição de serem pequenos empreendedores e profissionais autônomos, tinha muito que se construir e muitos afazeres. (AZEVEDO, 2009, p. 5)



A relevância da mudança da família real para o Brasil, na análise a propósito dos fluxos migratórios portugueses para a cidade do Rio de Janeiro, não reside na quantidade de imigrantes que aqui aportaram nesta época, mas na transferência do poder político e de sua classe dominante para a colônia, que aqui permaneceu até a Independência do Brasil, em 1822, ano, a partir do qual, muitos historiadores defendem que se pode, realmente, falar em imigração para o Brasil visto que desde 1500 até esta data ambos teriam “partilhado uma história comum” (FONTES, s.d. p.1). Pode-se, com isso, vislumbrar uma elite econômica e política que viria, posteriormente, impulsionar as ações associativistas fundando as primeiras instituições deste caráter no país.

3. CRIAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS - A IMIGRAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA AO FINAL DO SÉCULO XIX

Podemos considerar o período compreendido entre a independência do Brasil e o final do século XIX como um dos mais representativos no que tange à imigração portuguesa para o Brasil e na conseqüente criação das primeiras associações portuguesas nestas terras. Entre 1822 e 1850, segundo Fontes (s.d) o número de imigrantes portugueses que ingressou no Brasil era algo em torno de 100.000 pessoas.

Ricou (2006) afirma que até 1850:

O comércio do Rio de Janeiro e de outras cidades brasileiras foi, durante anos, dominado por portugueses. O monopólio era alimentado pela chamada “rota dos caixeiros”. Os caixeiros eram mão-de-obra de confiança educada no norte de Portugal, Porto e Alto Minho. As famílias nortenhas preparavam os filhos para trabalharem no Brasil. Enviavam-nos ainda crianças, com 13, 14 anos para se empregarem como caixeiros por conta de familiares. Trabalhavam dia e noite amealhando para se tornarem mais tarde proprietários das lojas. Esta é a história desconhecida de muitos portugueses célebres como o Conde de Ferreira, o Barão de Nova Cintra, entre outros. (RICOU, 2006, p. 5)

Seguindo, com relação aos “caixeiros”, Azevedo (2009) completa:

Ainda que juntamente com a chegada da Família Real chegassem os “caixeiros”, imigrantes portugueses originários de uma classe pobre e que vinham para trabalhar no cais do Porto e no auxílio da construção



civil, não significavam a grande maioria populacional imigratória que pudesse traçar, de forma categórica, a característica do imigrante, pois na verdade, eram exceções. (AZEVEDO, 2009, p. 5)

Nos 50 anos seguintes tal número saltou para 1.000.000 de imigrantes portugueses ingressantes no país. Alguns fatores ajudam a compreender este acréscimo significativo como o fim do tráfico negreiro, em 1850, e a abolição da escravatura, em 1888. As lavouras de café e algodão, sobretudo, necessitavam de mão de obra e muitos imigrantes assumiriam o lugar dos escravos no desempenho destas atividades. Também Ricou (2006) constata que “Nos mares reina agora o barco a vapor. As viagens que demoravam 40 dias nos veleiros passam a demorar apenas 10, 12 dias nos transatlânticos.”, mais um facilitador para os que pretendiam imigrar. No Brasil os portugueses dirigiam-se para as fazendas de café, mas também para as cidades. Vale ressaltar que imigrantes de outras nacionalidades também acompanharam esta onda de imigração, como alemães e italianos, que se estabeleceram, prioritariamente nas zonas rurais. A imigração portuguesa situou-se, sobretudo, nas regiões urbanas onde trabalhavam na maioria das vezes como comerciantes.

Nogueira (1998) analisa as diferenças sociais entre os imigrantes da primeira metade do século XIX e da segunda metade:

Desde o século XVIII os portugueses tentaram o enriquecimento no Brasil, dedicando-se principalmente ao comércio numa terra onde a agricultura era considerada ainda trabalho para escravos. Durante a primeira metade do século XIX calcula-se que os imigrantes lusos não eram completamente pobres e tenham contado com o auxílio da família que muitas vezes vendia ou hipotecava sua propriedade no campo para bancar os altos custos da viagem. A maioria vinha antes de prestar serviço militar e dedicava-se ao comércio de retalhos, associando-se muitas vezes à família do patrão através do casamento. A partir da segunda metade do século XIX observamos a entrada aqui de portugueses totalmente sem recursos, cuja característica principal foi a substituição da mão de obra escrava. São os “engajados”, trabalhadores recrutados em Portugal através de um agente dos próprios fazendeiros, mediante contrato. (NOGUEIRA, 1998, p. 25)

O afluxo de imigrantes para as áreas urbanas, em especial na cidade do Rio de Janeiro, certamente foi determinante na criação das associações portuguesas objetos de nossa análise.



As associações portuguesas fundadas na cidade do Rio de Janeiro no século XIX foram instituições criadas com objetivos específicos, mas que reuniam, sobretudo, o desejo de ajuda mútua, além da preservação e divulgação da cultura do colonizador. Tinham caráter beneficente ou cultural e, quando beneficentes, procuravam dar suporte aos imigrantes em má situação financeira ou com problemas de saúde. Quando culturais tinham por objetivo a difusão da literatura portuguesa e o zelo pela preservação do idioma.

O processo de construção da memória coletiva nos imigrantes portugueses pode ser fundamentado pelas considerações de Nora (1993) citando Halbwachs ao afirmar que: “A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quanto grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada.” (NORA, 1993, p. 9)

Observando um pequeno resumo histórico destas quatro associações percebe-se que sua criação advém do desejo de uma elite política e intelectual como nobres ou advogados e também da elite econômica, formada por comerciantes.

3.1 Real Gabinete Português de Leitura (1837 -)

Fundado em 14 de Maio de 1837, por um grupo de 43 emigrantes portugueses do Rio de Janeiro reuniram-se na casa do Dr. António José Coelho Lousada, na antiga Rua Direita (hoje Rua Primeiro de Março), nº 20, e resolveram criar uma biblioteca para ampliar os conhecimentos de seus sócios e dar oportunidade aos portugueses residentes na então capital do Império de “ilustrar o seu espírito”.

Entre os fundadores, cuja maioria era composta de comerciantes, estavam alguns que haviam sido perseguidos em Portugal pela monarquia e que tinham emigrado para o Brasil. Foi o caso de José Marcelino Rocha Cabral, advogado e jornalista, eleito o primeiro presidente da instituição, o que vem comprovar o caráter elitista de seus fundadores e da imigração portuguesa até a primeira metade do século XIX.



3.2 Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência (1840 -)

Fundada em 17 de maio de 1840 com objetivo de dar assistência aos cidadãos portugueses residentes e aos imigrantes daquela nação é conhecida atualmente como “Beneficência Portuguesa”. Foi criada como uma instituição de auxílio mútuo ligada à colônia portuguesa na capital do Império. Durante o período em que a primeira epidemia de febre amarela assolou a capital do Império (1849-1950), muitas pessoas ficaram sem condições de saúde para poder trabalhar, jogadas nas ruas da cidade como indigentes. Em 1º de março de 1850 é inaugurada uma enfermaria, para atender os portugueses indigentes acometidos pela epidemia.

3.3 Real Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V (1863 -)

A Caixa de Socorros D. Pedro V surge em meados do século XIX num forte contexto de filantropia e associativismo entre imigrantes de diversas origens. Em seus estatutos, que vigoraram até 1871, destacavam-se os objetivos de atuar em casos comprovados de miséria, abandono e necessidade de seus compatriotas, promover a criação de iguais caixas de socorros em diferentes províncias do Império e de buscar, sempre que possível, a unificação de todas as sociedades portuguesas de beneficência.

Nogueira (1998) nos apresenta um trecho de relatório da Caixa de Socorros D. Pedro V no qual a instituição critica o tipo de imigração aos chamados “engajados”:

Quase dois terços das pessoas socorridas por nossa associação vieram para este país engajados e foram estas que se apresentaram à diretoria no estado mais precário de saúde e em extrema pobreza, o que cada vez mais nos convence que os engajamentos que se têm feito em Portugal têm sido prejudicialíssimos aos nossos compatriotas. (NOGUEIRA, 1998, p. 25)

3.4 Liceu Literário Português (1868 -).

O Liceu Literário Português foi fundado em 10 de setembro de 1868 por um grupo de portugueses, à frente dos quais estava o Conde de Alto Mearim, com a finalidade de difundir a cultura e promover o ensino e a instrução, principalmente junto aos portugueses mais jovens que chegavam ao Brasil com conhecimentos limitados e ainda sem uma profissão definida. Era a época dos Liceus de Artes e Ofícios.

Também aqui se percebe que os fundadores desta associação pertencem a uma classe social elevada, ostentando, inclusive título de nobreza.



Podemos destacar, desta mesma época, outras associações que existem até os dias de hoje como a Real Sociedade Clube Ginástico Português (Clube Ginástico Português), fundada em 1868, de caráter cultural e desportivo, mas preferimos ater nossa análise às associações que tiverem um viés estritamente cultural ou beneficente.

4. A IMIGRAÇÃO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX E A CRIAÇÃO DAS CASAS REGIONAIS

O grande fluxo migratório de Portugal para o Brasil que se deu na primeira metade do século XX, teve influência de diversos fatores como a abolição da escravatura no Brasil (1888) e consequente necessidade de mão de obra, a proclamação da República em Portugal (1910) a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Entre 1900 e 1950 o Brasil recebeu 903.186 imigrantes legais portugueses. Fontes (s.d) considera que “O valor real terá sido certamente muito superior.” (FONTES, s.d., p.1).

O perfil do imigrante português da primeira metade do século XX, segundo o autor, era prioritariamente agrário e com pouca alfabetização conforme define abaixo:

A maioria destes emigrantes eram oriundos dos campos, às vezes do pequeno comércio de província, da construção civil, de profissões domésticas. Era em geral gente desprovida de capacidade técnica para a direção e orientação das grandes tarefas do comércio e da indústria. Saíam em famílias completas, com elevada percentagem de mulheres e de crianças, na sua maior parte analfabetas. Dada a sua condição esperava-os uma vida dura. Não raro mais dura do que aquela que os motivara a sair de Portugal. (FONTES, s.d., p.1)

São Paulo foi o estado da federação que recebeu o maior número de imigrantes portugueses, no entanto, foi no estado do Rio de Janeiro, mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro, que a comunidade manteve-se mais unida. Fontes (s.d) observa que o processo de adaptação destes imigrantes no país e o apoio necessário na sua chegada e inserção social advinham da própria comunidade apoiados “nas redes de solidariedade entre os próprios imigrantes, assim como num conjunto de instituições por eles criadas que facilitavam a sua integração social e política.” (FONTES s.d., pág.1) Esta união foi possível por conta do espírito colaborativo e associativo dos imigrantes. Algumas das instituições a que Fontes (s.d.) se refere como importantes no processo de



integração social e política foram as *casas regionais*, clubes nos quais os imigrantes se encontravam para confraternizações, eventos e festejos típicos das regiões a que pertenciam. Interessante ressaltar que o fenômeno denominado “casas regionais” teve início em Portugal com a fundação do Club Trasmontano em Lisboa no ano de 1905, dezoito anos antes da fundação da primeira casa regional no Rio de Janeiro o Centro Transmontano, em 1923. Atualmente ambas as casas regionais possuem o mesmo nome: Casa de Trás os Montes e Alto Douro. No site da Casa de Trás os Montes e Alto Douro de Lisboa, em sua página referente à história da casa consta que:

A CTMAD é uma associação regionalista com sede em Lisboa. Tem 105 anos feitos e é a mais antiga associação regionalista criada em Portugal.

A sua fundação serviu de estímulo e modelo para o aparecimento de outras casas regionais. Corria o ano de 1905, ainda em tempos da Monarquia, quando um grupo de trasmontanos influentes ligados à administração pública viu concretizado o projecto que idealizara para conseguir reunir de forma organizada o convívio e auxílio dos trasmontanos lisboetas entre si e apoiar as suas terras de origem. Aconteceu em **23 de Setembro desse ano de 1905** com a aprovação oficial dos Estatutos, ficando essa data a assinalar o **Dia do Aniversário**.

Batizaram-no com o nome de “**Club Transmontano**”. Em 1933, passou a designar-se por **Grémio Transmontano** e, em 1960, adoptou oficialmente a designação actual de **Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro**. (Disponível em: <http://www.ctmad.pt/ctmadsite/?q=pt-pt/node/12> - Acesso Realizado em 26/07/2014. Grifos do Autor)

No bairro da Tijuca, bairro tradicional da zona norte da cidade do Rio de Janeiro, no qual se localiza a Paróquia de São Sebastião dos Padres Capuchinhos, conhecida popularmente como “Igreja dos Capuchinhos”, na qual estão guardados os restos mortais do fundador da cidade do Rio de Janeiro, Estácio de Sá, bem como o marco zero de fundação da cidade, existem seis casas regionais. São elas: Casa da Vila da Feira, Casa dos Açores, Casa de Trás os Montes e Alto Douro, Casa das Beiras, Casa dos Poveiros e Casa do Porto. Havia, ainda na Tijuca, a Casa de Lafões, que se fundiu com a Casa das Beiras e a Casa de Arouca que atualmente encontra-se localizada na Barra da Tijuca, bairro da zona oeste da cidade, com o nome de Arouca Barra Clube. Azevedo (2009) aponta, como provável causa da reunião de tantas casas regionais no bairro da Tijuca, a instalação de fábricas no bairro por empresários portugueses como a famosa fábrica de cigarros Souza Cruz, a fábrica das Chitas na Praça Saens Peña, a



fábrica de tecidos Maracanã, a Fábrica de Fumos do Borel, a fábrica de tecidos Covilhã e a histórica farmácia Granado fundada por um português em 1870 de nome José António Coxito. Também foi instalada no bairro da Tijuca, segundo Franceschi (2002), a primeira fábrica de discos do país, a Odeon. A oferta de trabalho atraiu um grande número de portugueses para a região não só para o trabalho nas fábricas como para moradia e também para trabalhar no comércio que se estabeleceu por conta do grande número de pessoas que agora circulavam naquele bairro. Azevedo (2009) constata que deste período datam as primeiras favelas no bairro devido à ocupação das encostas dos morros do Borel, Salgueiro (o morro do Salgueiro ficaria conhecido por este nome devido a Domingos Alves Salgueiro, português dono de uma fábrica de conservas na Rua dos Araújo) e Formiga. A quase totalidade dos imigrantes portugueses que imigrou para a cidade era oriundo do norte de Portugal, não por acaso a primeira casa regional fundada no bairro da Tijuca foi o Centro Trasmontano, em 1923, atual Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vale ressaltar que a Tijuca conta, ainda, com dois outros clubes portugueses – o Orfeão Português e Orfeão Portugal onde também se realizavam festas e encontros da comunidade. No bairro da Tijuca localiza-se, ainda, a Paróquia de São Sebastião dos Padres Capuchinhos, conhecida popularmente como “Igreja dos Capuchinhos”, na qual estão guardados os restos mortais do fundador da cidade do Rio de Janeiro, Estácio de Sá, bem como o marco zero de fundação da cidade.

Nas casas regionais os imigrantes e seus descendentes, procuravam manter os costumes e tradições de suas terras natais através de celebrações festivas, quase sempre de cunho religioso católico, reproduzindo o modelo de procissão e arraial tal qual nas aldeias do norte de Portugal. Farias (2011), a respeito das comemorações como celebrações de memória adverte que “É pertinente assinalar que comemorações, mesmo objetivando divulgação e visibilidade, podem representar uma grande contradição ou um apego nostálgico a um passado idealizado como bom ou melhor do que aquilo que acontece nos tempos atuais” (FARIAS, 2011, p. 12).

Por conta desta reprodução do modelo original, fazia-se necessária a presença de uma banda de música que pudesse conduzir a procissão e animar o arraial com as músicas típicas de Portugal (marchas, marchas de concerto, rapsódias, etc.). Como as bandas de música têm importância fundamental no cotidiano da sociedade portuguesa, até os dias de hoje, muitos dos imigrantes que vieram para o Brasil eram músicos em



suas terras natais. Nogueira (1998) observa a importância das bandas de música na cultura portuguesa:

As Bandas de Música compõem um fenômeno mais significativo do associativismo na medida em que acrescentam ao aspecto beneficente, que todas mantinham, a representação da cultura portuguesa através de danças e da música, componente fortíssimo na tradição camponesa dos imigrantes e muito presente também nas Casas regionais. É significativo que o Sr. João “barbeiro” tenha vindo para o Brasil num navio onde haviam outros 8 jovens da mesma região dele em Portugal e que desses 5 já fossem músicos. (NOGUEIRA, 1998, p.46)

Desta época datam, também, as primeiras bandas de música formadas por imigrantes portugueses: a Sociedade Nova Banda de Música da Colônia Portuguesa, fundada em 1921 e atual Banda do Liceu Literário Português, e a Banda Lusitana do Rio de Janeiro, fundada em 1923. Interessante ressaltar que, em seus estatutos de fundação, as duas bandas eram, também, segundo Nogueira (1998), de caráter beneficente. As bandas eram compostas, basicamente, por portugueses que tinham a música como lazer e eram, na sua maioria, comerciantes e profissionais liberais.

Nogueira (2010) analisa tal processo em Portugal o qual podemos fazer uma analogia com o modelo reproduzido no Rio de Janeiro, visto que foi o único lugar do país onde existiram bandas de música portuguesas:

Muitas Bandas Filarmónicas nasceram da necessidade de abrilhantarem as festas religiosas. Muitas destas festas tinham também o seu lado profano e as Bandas Filarmónicas tocavam no arraial músicas para alegrar o povo, para este dançar. O povo passou, por seu lado, a admirar aqueles que tocavam bem, que tocavam a solo ou solos com a Banda, passou a ser um apreciador da arte musical. As Bandas Filarmónicas cantavam ou tocavam à missa, faziam a procissão e tocavam também no arraial ou mais propriamente no coreto, que era normalmente circular, conforme a velha disposição dos músicos para concerto, tocando composições de cariz popular, mas também repertório clássico.

Durante muitas décadas, a hierarquia católica foi a impulsionadora das festas, mas também indirectamente o maior financiador das Bandas Filarmónicas. (NOGUEIRA, 2010, p.28)

Podemos observar que este modelo reproduzia-se no Rio de Janeiro em diversas oportunidades, mas tomou seu maior vulto na tradicional Festa de Nossa Senhora da Penha, na Igreja da Penha, bairro do subúrbio do Rio de Janeiro, onde existem, até hoje,



dois coretos e durante vários anos neles se apresentaram de um lado a Banda Portugal e do outro a Banda Lusitana.

A propósito da Festa da Penha, Franceschi (2002) afirma que:

A Festa da Penha, como era popularmente conhecida, apesar de sua origem portuguesa, tornou-se uma das mais populares da cidade, atraía pessoas de todas as regiões e era uma espécie de termômetro: as músicas que faziam sucesso na Festa da Penha logo se tornavam sucesso por toda cidade. (FRANCESCHI, 2002, p. 141).

CONCLUSÃO

Procuramos analisar o processo de criação das associações e casas regionais portuguesas na cidade do Rio de Janeiro, como lugares de memória, através do entendimento dos fluxos migratórios e dos agentes que atuaram na criação de tais instituições.

Nora (1993) observa que:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva. (NORA, 1993, p. 13)

Questões como identidade e memória coletiva foram abordadas, ainda que de maneira não muito aprofundada, e conclui-se que estão diretamente ligadas a este fenômeno que não foi exclusivo da imigração portuguesa para o Brasil tendo sido reproduzido em outros países como Venezuela, Estados Unidos, Canadá, França e Luxemburgo. Atualmente, em Portugal, estabeleceu-se um debate a respeito do tema,



pois a emigração já não é mais um problema na demografia portuguesa como há alguns anos, quando o êxodo chegou a representar mais de 20% da população total. Ainda assim a emigração continua a marcar o imaginário coletivo e a sociedade portuguesa que possui relações de parentesco ou mesmo afetivas com portugueses e seus descendentes que emigraram para outros países. Ricou (2006) observa que como o tema da emigração não significa mais um problema, tem sofrido um apagamento por parte de políticos e jornalistas em Portugal e sua série de cinco documentários a este respeito procurou justamente atuar na contramão deste processo.

A análise da realidade atual das instituições portuguesas na cidade do Rio de Janeiro nos leva a algumas observações e conclusões. A população de imigrantes portugueses no Rio de Janeiro está bastante envelhecida e reduzida, e poucos são os portugueses ou seus descendentes que mantêm as associações ou casas regionais observando-se mesmo um hiato de poder em tais instituições. Na maioria destas instituições ocorreu uma perpetuação de poder por parte de algumas pessoas. Somente para exemplificar, com relação às associações, a Real e Benemérita Caixa de Socorros D. Pedro V e o Real Gabinete Português de Leitura (desde 1992) têm como presidente a mesma pessoa, o comendador Sr. Antonio Gomes da Costa. O Liceu Literário Português tem como presidente o Sr. Francisco Gomes da Costa, irmão do Sr. Antonio Gomes da Costa, que é presidente de honra da mesma instituição. Fenômeno análogo acontece nas casas regionais: a Casa do Porto é dirigida pelo Sr. Manoel Branco há mais de 30 anos; a Casa da Vila da Feira tem como presidente o Sr. Ernesto Boaventura há mais de 20 anos, entre outros tantos casos. Esta perpetuação no poder trás à lembrança o fenômeno dos imigrantes que quando retornavam a Portugal em boa situação financeira construíam palacetes para ostentar sua condição financeira. Ser presidente em uma associação ou casa regional é sinônimo de poder e prestígio social na comunidade, pois são eles que representam suas instituições nas datas comemorativas de Portugal como o dia 10 de junho na qual, anualmente, acontece uma recepção aos presidentes no Palácio São Clemente antiga embaixada de Portugal no Rio de Janeiro e atual residência do cônsul de Portugal.

A função original das casas regionais de agregar os imigrantes e atuar como lugares de memória tem se perdido em muitas situações pela simples questão da sobrevivência das instituições. O Orfeão Portugal, atualmente, só mantém o nome e, nas



suas dependências, funciona uma academia de ginástica. Lá não se desenvolve mais qualquer atividade relacionada à cultura ou tradições portuguesas. Outras casas regionais realizam bailes “funk” para obter recursos financeiros para sua subsistência. É importante ressaltar que as associações possuem grande patrimônio financeiro deixado por imigrantes e que ainda hoje recebem verbas do governo português, por isso encontram-se em situação financeira bastante diferente da maioria das casas regionais que basearam seus modelos de gestão na contribuição dos associados sem implementar atividades ou meios que proporcionassem a sua sustentabilidade.

Muitas das casas regionais se fundiram como a Casa de Espinho com a Casa de Viseu e a Casa de Lafões com a Casa das Beiras ou mesmo acabaram por conta de dificuldades financeiras provenientes da falta de associados, ou devedoras de impostos ao governo. Com o declínio financeiro das casas regionais as bandas portuguesas foram as maiores prejudicadas, pois não havia mais como contratá-las para suas festividades tendo sido substituídas por conjuntos ou mesmo ranchos folclóricos que normalmente se apresentam gratuitamente. Dois exemplos disso são a Banda Lusitana que encerrou suas atividades em 1997 e a Banda Portugal que atualmente pertence ao Liceu Literário Português.

É difícil apontar um caminho para o futuro das casas regionais na cidade do Rio de Janeiro visto que, aparentemente, as associações terão certa longevidade garantida por conta do seu patrimônio e dos recursos que recebem provenientes de Portugal. Alguns defendem que todas as casas regionais deveriam se fundir e criar uma só grande instituição como são a Casa de Espanha e Casa da Suíça. Isto já foi, inclusive, proposto com relação às bandas portuguesas, num documento encaminhado pelo Sr. José Vieira Filho, presidente do conselho deliberativo da Banda Irmãos Pepino, às outras bandas da comunidade a fim de se fundirem e criarem um único grupo. Segundo o próprio Sr. José Vieira Filho tal documento sequer recebeu resposta das outras bandas. Na época ainda eram quatro bandas, hoje só existem duas. Recentemente fui convidado para uma reunião com o Sr. Francisco Gomes da Costa, presidente do Liceu Literário Português, na qual me propôs a fusão da Banda Filarmônica do Rio de Janeiro – instituição da qual sou Diretor Artístico e Regente Titular, com as duas bandas portuguesas que ainda existem, fato curioso, pois, a despeito da minha relação pessoal com a comunidade portuguesa, a instituição nunca teve qualquer ligação com este segmento. A proposta



não foi à frente por uma série de fatores, dentre eles, o fato de nenhum dos dois maestros das bandas portuguesas querer abrir mão da posição. Outros defendem um modelo como o da Casa de Benfica, que não possui sede própria e realiza mensalmente suas festas em outras casas. Os imigrantes e seus descendentes terão a difícil tarefa de encontrar o modelo ideal.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Luiz Eduardo Maciel de. *A presença da Imigração Portuguesa no Bairro da Tijuca – RJ*. In: V Encontro de Grupos de Pesquisas “Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais”, 2009, Universidade Federal de Santa Maria.

COMAY, Rebecca. O fim de partida de Benjamin in. BENJAMIN, Andrew e OSBORNE, Peter (org.). *A filosofia de Walter Benjamin: destruição e experiência*. Tradutor: Maria Luiza X. da A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1997

DODEBEI, V. Espaços mítico e imagético na memória social. In: COSTA, Icléia T.; GONDAR, Jô (orgs.). *Memória e Espaço*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000, págs 63-71.

FARIAS, F. R. Apresentação. In: _____. (Org.) *Apontamentos em Memória Social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, págs. 7-14

FERREIRA, Marcelo Roberto. *A Real e Benemerita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V do Rio de Janeiro*. Em: <http://diretoriomonarquicodobrasil.blogspot.com.br>. Disponível em: <http://diretoriomonarquicodobrasil.blogspot.com.br/2010/11/real-e-benemerita-sociedade-portuguesa.html>. Acesso em: 25/06/2014.

FONTES, Carlos. *Memórias da Emigração Portuguesa – Emigração Portuguesa Para o Brasil*. Disponível em: <http://imigrantes.no.sapo.pt/page6brasil.html>>. Acesso em: 20 jun.2014.

FRANCESCHI, Humberto M. *A Casa Edison e Seu Tempo*. Rio de Janeiro: Sarapuí, 2002.

GONDAR, J. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: COSTA, I. T. M. e GONDAR, J. (Orgs.) *Memória e espaço*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

IPANEMA, Rogéria Maria de. *D. João e a Cidade do Rio de Janeiro 1808 - 2008*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, 2008.

NOGUEIRA, Ana Maria de M. *Como Nossos Pais – Uma História da Memória da Imigração Portuguesa em Niterói (1900-1950)*. Dissertação de Mestrado (UFF, 1998).



NOGUEIRA, Tristão. Modelos Predominantes de Espetáculos. Em: *Entre Bandas*, Número 2. Corroios: CMP, Abril 2010, págs. 28-33.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Em: *Projeto História*, v. 10, 1993, págs. 7-28.

RICOU, Eduardo. *Ei-los que Partem – História da Imigração Portuguesa*. Autor: Jacinto Godinho, Consultor Científico – Jorge Macaísta Malheiros, Pesquisa e documentação – Luísa Vaz. Portugal. RTP. 2006.